

Fratura heterodoxa

Fernando Dantas

O Estado de São Paulo 29/03/2017

O grande antagonismo atual na discussão de política econômica no Brasil não é entre ortodoxos e heterodoxos, mas sim entre heterodoxos e heterodoxos. Os chamados ortodoxos, na verdade, parecem mais estar no meio dos dois combatentes heterodoxos, tentando mediar o conflito.

A descrição acima parece uma troça, mas é o que se depreende das ideias atuais do economista José Oreiro, da Universidade de Brasília (UnB), representante da corrente novodesenvolvimentista, junto com colegas como Luiz Carlos Bresser-Pereira e Nelson Marconi. Os seus antípodas em termos de prescrições econômicas não são, como muitos poderiam julgar, os economistas ortodoxos, mas sim a corrente que Oreiro intitula de socialdesenvolvimentistas, e cuja principal templo é o departamento de Economia da Universidade de Campinas – aliás, um grupo que se reaproximou recentemente do ex-presidente Lula.

Na descrição de Oreiro, os novodesenvolvimentistas pregam o realinhamento dos preços macroeconômicos (queda dos juros e desvalorização do câmbio) para estimular a produção industrial. Mas, para tornar factível que a economia seja puxada pela indústria, pelo investimento e pelo setor externo, essa corrente prescreve uma série de duras recomendações, entre as quais a política fiscal apertada. Outros elementos são controles macroprudenciais do câmbio e um imposto sobre as exportações das principais commodities (como minério de ferro e soja).

Já os sociodesenvolvimentistas, segundo Oreiro, dão ênfase ao aumento do gasto público e à criação de um “mercado de consumo de massas”, para estimular o investimento. De acordo com Oreiro, “esse grupo é radicalmente contrário à ideia de desvalorizar o câmbio como política de estímulo ao crescimento, pois (isto) implica redução do salário real”.

É nesse ponto, precisamente, que reside a grande polaridade entre novodesenvolvimentistas e social-desenvolvimentistas. Os primeiros consideram necessário, para que o País retome o crescimento sustentável e duradouro e para que a renda volte a crescer satisfatoriamente no longo prazo, uma queda do salário real por alguns anos, que reduza o custo unitário do trabalho e devolva a competitividade internacional ao setor manufatureiro do País.

Já os social-desenvolvimentistas, ao contrário, consideram que elevados salários reais não são parte do problema, mas sim da solução. É por meio deles que se cria o mercado de consumo de massas. A diferença também pode ser colocada simplificada da seguinte forma: para novodesenvolvimentistas, é preciso colocar o investimento na frente do consumo; para os socialdesenvolvimentistas, é justamente o contrário.

As implicações em termos de propostas de política econômica são, portanto, diametralmente opostas em vários aspectos. A política de valorização real do salário

mínimo, tão prezada pelos socialdesenvolvimentistas, é vista por Oreiro como um dos maiores obstáculos à retomada do crescimento sustentável no Brasil. É verdade que ambas as correntes pregam a redução dos juros, mas, para os novodesenvolvimentistas, é fundamental apertar a política fiscal de forma compensatória. Já os socialdesenvolvimentistas veem o aumento do gasto público, especialmente do investimento, como fundamental para um modelo econômico de crescimento mais acelerado.

Os chamados economistas ortodoxos estão mais próximos dos novodesenvolvimentistas, mas são menos draconianos na questão da recuperação da competitividade industrial via redução do custo unitário do trabalho, e, portanto, do salário real. Há uma variedade de razões para isso.

Em primeiro lugar, os ortodoxos de forma geral não atribuem à indústria um papel tão central no desenvolvimento econômico quanto os novodesenvolvimentistas (os ortodoxos valorizaram particularmente fatores pelo lado da oferta, como educação, ambiente de negócios, etc). Em segundo lugar, os ortodoxos tendem a defender o câmbio flutuante, o que inclui as fases de valorização que aumentam o salário real (mas podem ser úteis para combater a inflação e permitir a redução dos juros). Em terceiro lugar, os ortodoxos veem um papel suplementar da poupança externa no financiamento ao investimento (o que os novo-desenvolvimentistas tendem a rejeitar), o que torna menor o ônus de poupança que recai sobre os trabalhadores brasileiros. Em outras palavras, os ortodoxos não veem uma necessidade tão drástica de redução do salário real numa etapa inicial preparatória à retomada do crescimento, como fica implícito na receita dos novo-desenvolvimentistas.

Assim, em alguns importantes aspectos, a posição ortodoxa é intermediária entre as prescrições antagônicas dos dois campos da heterodoxia.